



ACÓRDÃO Nº1124/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10758/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Coari
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsável:** Antônio Adenilson Menezes Bonfim (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Juarez Frazao Rodrigues Junior - OAB/AM 5851
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5.366/2020-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Coari. Exercício de 2014.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Coari, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade do Sr. **Antônio Adenilson Menezes Bonfim**, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III da Lei nº 2.423/96 c/c art. 11, III e art. 188, § 1º, III, "b" e "c" da Resolução nº 04/02-TCE.

10.2. Aplicar Multa ao Sr. **Antônio Adenilson Menezes Bonfim**, no valor de **R\$ 6.827,19**, (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da Multa, para o cofre Estadual Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE, por atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos que resultaram em injustificados danos ao erário citados neste Relatório/Voto (restrições constantes do item 7.1.5, subitem 7.1.5.1, do Relatório Conclusivo nº 140/2019-DICOP, de fls. 1351/1372), tendo em vista a liquidação e o pagamento de serviços contratados, que não tiveram a execução identificada na vistoria "in loco" realizada na sede da Câmara Municipal de Coari, nos termos do



ACÓRDÃO Nº1124/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

art. 54, III, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c o art. 308, V, da Resolução TCE/AM nº 04/02, com nova redação dada pela Resolução nº 04/2018. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Aplicar Multa** ao Sr. **Antônio Adenilson Menezes Bonfim**, no valor de **R\$ 13.654,39**, (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da Multa, para o cofre Estadual Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial citados neste Relatório/Voto (restrições de nº 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 11, da Notificação nº 01/2015/CI-DICAMI, bem como listadas no Relatório Conclusivo de nº 20/2016-DICAMI, de fls. 703/738, nos termos do art. 54, II, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM nº 04/02, com nova redação dada pela Resolução nº 04/2018. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em



ACÓRDÃO Nº1124/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

nome do responsável;

10.4. Considerar em Alcance o Sr. Antônio Adenilson Menezes Bonfim, no valor de **R\$ 62.084,87**, (Sessenta e dois mil, oitenta e quatro reais e oitenta e sete centavos), nos termos do art. 304, do Regimento Interno do TCE/AM, em função da glosa especificada no Relatório Conclusivo de nº 140/2019-DICOP, bem como no item 1.5.1, citado do Relatório Conclusivo nº 151/2015-DICOP, tendo em vista a liquidação e o pagamento de serviços contratados, que não tiveram a execução identificada na vistoria “*in loco*” realizada na sede da Câmara Municipal de Coari, de acordo com o artigo 22, § 2º da Lei N.º 2.423/96 c/c art.190, III e art. 304 da Resolução N.º 04/02 do TCE-AM. **O prazo para recolhimento é de 30 dias.**

10.5. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que proceda à instauração de cobrança executiva, no caso de não-recolhimento do valor da condenação, nos moldes do art. 173 da Resolução nº 04/02-TCE/AM;

10.6. Recomendar ao Sr. Antônio Adenilson Menezes Bonfim, que busque a melhor solução para as falhas detectadas pela Comissão deste Tribunal nas áreas relacionadas abaixo:

- 10.6.1.** Demonstrações Contábeis do órgão de acordo com o padrão estabelecido pelo MCASP;
- 10.6.2.** Relatório de controle interno;
- 10.6.3.** Portal de Transparência da Câmara Municipal;
- 10.6.4.** Adoção de sistema integrado de administração financeira;
- 10.6.5.** Controle de Patrimônio e Almoxarifado;
- 10.6.6.** Registro Contábil;
- 10.6.7.** Controle de Combustíveis;

10.7. Recomendar que a Câmara Municipal de Coari:

- 10.7.1.** especifique com maior precisão em edital o modo de cálculos do Índice de Solvência Geral;
- 10.7.2.** observe os objetos licitados pela modalidade pregão, restringindo a bens e serviços comuns objetivamente descritos em edital;

10.8. Determinar à Câmara Municipal de Coari:

- 10.8.1.** que adote as devidas providências visando o provimento do cargo efetivo de Procurador Jurídico, por meio da realização de concurso público (caso ainda não tenha sido realizado).
- 10.8.2.** determinação à Comissão de Inspeção pertinente que



ACÓRDÃO Nº1124/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

fiscalize a efetiva realização de concurso público visando o provimento do cargo de Procurador Jurídico.

10.8.3. que adote as devidas providências visando o provimento (nomeação) do cargo efetivo de Analista de Controle Interno, bem como da realização de novo concurso público (caso não tenha ainda sido realizado), para provimento do cargo de Técnico de Controle Interno.

10.8.4. determinação à Comissão de Inspeção pertinente que fiscalize a efetiva nomeação (provimento) do cargo de Analista de Controle Interno, bem como do cargo de Técnico de Controle Interno, por meio da realização de concurso público.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Novembro de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente, em sessão

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral